
DINÂMICAS DE EXCLUSÃO DAS MULHERES NAS PROFISSÕES JURÍDICAS: UM PARALELO ENTRE AS DOCENTES E AS MAGISTRADAS

DYNAMICS OF EXCLUSION OF WOMEN IN THE LEGAL PROFESSIONS:
A PARALLEL BETWEEN TEACHERS AND MAGISTRATES

Nathalya Royer¹

<http://lattes.cnpq.br/1049405923886155>

<https://orcid.org/0000-0002-5445-1662>

Recebido em: 15 de dezembro de 2020

Aprovado em: 24 de fevereiro de 2021

RESUMO: Da primeira mulher que pôde atuar em uma profissão jurídica, na função de advogada (1906), perpassando pela primeira magistrada (1939), até a primeira docente mulher (1960), mais de meio século foi percorrido. Nos seus corpos elas traziam apenas uma marca da diferença, que não se tratava da raça/etnia, da classe social, nem da orientação sexual. A única discrepância do padrão dominante era o fato de não serem homens. Somente na década de 1960, uma mulher negra e pobre ocupou um cargo de magistrada, um lugar não somente adverso às mulheres brancas, mas, especialmente, às mulheres negras, até os dias atuais. Das pioneiras até o processo de *feminização* das profissões jurídicas, que ocorreu na década de 1990, quase um século se passou. Mesmo com a maior participação das mulheres, tanto na carreira da magistratura quanto na docência, existem barreiras que as impedem de ascender aos cargos mais altos. Neste sentido, a inserção feminina nestas profissões pode ser comparada com uma espécie de casa piramidal: uma vez que as mulheres (geralmente brancas) conseguem adentrar nos níveis inferiores da carreira, mas no topo – ou seja, quanto maior o grau hierárquico –, a sua presença se torna mais escassa, sendo barrada pelo *teto de vidro*. Esta segregação hierárquica de gênero – acrescento também a segregação étnico-racial –, conhecida como *teto de vidro*, revela um comando masculino e branco, bem como uma subalternidade feminina e negra. Apesar das dinâmicas de exclusão das mulheres nas profissões jurídicas apresentarem algumas semelhanças, fazendo com que existam entrecruzamentos entre a docência – principalmente nas universidades públicas – e a magistratura, estas são múltiplas, complexas, profundas e muitas vezes invisibilizadas. Entretanto, dois fatores que corroboram com o afastamento das mulheres e das diferenças interseccionalizadas do topo da carreira jurídicas são: a ideologia da neutralidade profissional e a ideologia do mérito (meritocracia). Ambos, obscurecem a predileção pelo masculino, ao tratarem a competência e a *expertise* enquanto neutras e objetivas. Assim, o objetivo deste ensaio é evidenciar a desigualdade nas profissões jurídicas. Para tal, serão utilizados os métodos quantitativos e qualitativos, para que através do levantamento de dados, discussões conceituais e entrevistas, possa haver uma melhor compreensão sobre a complexidade da problemática.

Palavras-chave: Profissões jurídicas, mulheres, dinâmicas de exclusão.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Estadual Fluminense (PPGSD-UFF) e Mestra pela mesma instituição. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: nah_royer@hotmail.com.

ABSTRACT: From the first woman who was able to work in a legal profession, as a lawyer (1906), going through the first magistrate (1939), until the first female teacher (1960), more than half a century was covered. In their bodies they only showed a mark of difference, which was not about race / ethnicity, social class, or sexual orientation. The only discrepancy from the dominant pattern was that they were not men. Only in the 1960s did a black and poor woman occupy a position as a magistrate, a place not only adverse to white women, but especially to black women, up to the present day. From the pioneers to the feminization of the legal professions, which took place in the 1990s, almost a century has passed. Even with the greater participation of women, both in the career of the judiciary and in teaching, there are barriers that prevent them from ascending to the highest positions. In this sense, a female insertion of these professions can be compared with a kind of pyramidal house: since women are generally white) they only enter the lower levels of the career, but at the top - that is, the higher the hierarchical level -, their presence becomes scarcer, being blocked by the glass ceiling. This hierarchical gender segregation - I also add ethnic-racial segregation -, known as the glass ceiling, reveals a male and white command, as well as a female and black subordination. Despite the dynamics of exclusion of women in the legal professions, there are some similarities, causing intersections between teaching - especially in public universities - and the judiciary, these are multiple, complex, profound and often invisible. However, two factors that corroborate the removal of women and the intersectionalized differences at the top of their legal careers are: the ideology of professional neutrality and the ideology of merit (meritocracy). Both obscure the predilection for the masculine, treating competence and expertise as neutral and objective. Thus, the purpose of this essay is to highlight the inequality in the legal professions. Therefore, quantitative and qualitative methods will be used, so that through data collection, conceptual discussions and interviews, there can be a better understanding of the complexity of the problem.

Keywords: Legal professions, women, exclusion dynamics.

INTRODUÇÃO

Ainda que as primeiras mulheres magistradas e docentes dos cursos de direito tenham irrompido tais profissões por volta de meados do século XX, o curso da história fez com que estas só representassem um número significativo em seus cargos por volta da virada do século, em outros termos, o processo de *feminização* das profissões jurídicas (BRUSCHINI, 2007; BONELLI, 2010; SABADELL, 2008) se intensificou por volta da década de 1990 e anos 2000.

Atualmente, as mulheres somam cerca de 38% das juízas (CNJ, 2014) e 40% das professoras dos cursos de direito (INEP, 2018). Entretanto, no desembargo, segundo grau da carreira da magistratura, este número diminui para 21,5%, já nos Tribunais Superiores o número é ainda menor, chegando no patamar de 15,54% (CNJ, 2014). Quando verificamos o número de mulheres atuando como docentes de pós-graduação *stricto sensu* em direito, o percentual cai para 29% (CAPES, 2015).

Se levarmos em consideração que o declínio da participação feminina na docência em direito, da graduação para a pós-graduação *stricto sensu*², é de 27,5%, e na magistratura chega a

² Se analisássemos outros dados relevantes, como o número de mulheres em cargos de direção das instituições de ensino superior (chefes de departamento, coordenadoras de curso, etc), provavelmente esse gargalo de discrepâncias hierárquica de gênero seria maior. A título exemplificativo, de acordo com dados do INEP (2012), o número geral de mulheres na

43,5%, considerando o primeiro e o segundo grau, verifica-se que, quanto mais alto for o nível da carreira, menor será o número de mulheres. Se entrecruzarmos o marcador gênero e raça, os números serão ainda menores, conforme será demonstrado no decorrer do trabalho, através dos poucos dados disponíveis.

Os índices de declínio na participação feminina nos níveis mais altos das profissões jurídicas citados apontam que, tanto na carreira da magistratura quanto na docência em direito, existem barreiras sutis, quase invisíveis, que impedem a ascensão hierárquica das mulheres. Estes empecilhos não estão relacionados com a falta de competência profissional, mas sim como um impeditivo focado no gênero (e interseccionalidades), que acaba afetando as mulheres enquanto um grupo e gera uma segregação hierárquica de gênero, mais conhecida como *teto ou telhado de vidro* (POWELL, BUTTERFILED, 1994; DURBIN, 2002; HULTIN, 2003).

Se, tanto na magistratura quanto na docência dos cursos jurídicos, existe o fenômeno do *teto de vidro*, que impede a ascensão hierárquica de gênero (e interseccionalidades), pode-se compreender que existem paralelos nas dinâmicas de exclusão das mulheres em ambas profissões? Evidenciar as desigualdades presentes nas profissões jurídicas, tomando como recorte a magistratura e a docência em direito, será o objetivo deste ensaio.

Além do objetivo geral, acima exposto, os objetivos secundários perpassam por explorar algumas barreiras que impactam nas dinâmicas de exclusão das mulheres das profissões jurídicas. Evidenciar e compreender os obstáculos enfrentados pelas mulheres nas profissões jurídicas se faz relevante, se levarmos em consideração a necessidade de uma composição mais distributiva nas carreiras jurídicas, no que tange à questão de gênero e interseccionalidades, como mote do fortalecimento da justiça social e da legitimidade democrática do Poder Judiciário.

Este estudo será guiado pela metodologia quantitativa e qualitativa. Dentro da perspectiva qualitativa, foi feito um levantamento dos dados, entre os anos de 2018 e 2020, disponíveis no Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014), no Perfil Sociodemográfico dos Magistrados (CNJ, 2018) e no Censo do Ensino Superior do Inep (2012 e 2018). Também foram utilizados dados disponíveis nos sites do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunais Superiores (TST, TSE, STJ e STM), Tribunais de Justiça (TJ e TJM) e Tribunais Regionais (TRE, TRF e TRT). Tais dados foram coletados, entre os anos de 2018 e 2019, para compor a dissertação da autora. Estes dados, que aparecem especialmente na terceira parte deste trabalho, no que tange a composição dos conselheiros do CNJ, dos Ministros do STF e dos Tribunais Superiores, foram colhidos das listas de composição dos membros destes órgãos, em um trabalho artesanal de olhar nome por nome e foto dos membros. No que tange aos dados dos juízes de primeiro e segundo grau, os dados foram colhidos com base no Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014).

Na perspectiva qualitativa, além da revisão bibliográfica em torno de conceitos relevantes para o objetivo central desta pesquisa, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas, presenciais, com a juíza Andréa Pachá (duas pela autora e duas por outros pesquisadores), durante os anos de 2015 e 2018, que também fazem parte da dissertação da autora, que é um estudo de caso sobre a trajetória de vida (pública e privada) da pessoa citada. As demais entrevistas com juízas e desembargadoras, apresentadas neste trabalho, não são autorais. Sendo que, as devidas referências dos locais que foram extraídos constam nas notas de rodapé.

Na terceira parte do trabalho, a autora apresenta trechos que contém experiências e vivên-

docência nas Universidades Federais é de 42%, entretanto, como reitoras, elas chegam apenas a 10%.

cias acadêmicas, recurso metodológico utilizados por autoras renomadas, como Grada Kilomba (2019) e Bell Hooks (2017; 2019). Se para alguns, as experiências e vivências dos próprios autores podem representar limitações ou até mesmo arbitrariedades metodológicas, para as referências citadas constituem uma possibilidade de recuperação da identidade e da compreensão sobre o coletivo, bem como uma forma de descolonizar o conhecimento, ao dar voz e escuta para quem muitas vezes foi silenciado.

Este trabalho foi estruturado em três partes. Em “As mulheres e o Direito: histórias de pioneirismo”, primeira parte do trabalho, o foco recai sobre quem foram as pioneiras na advocacia, na magistratura, no desembargo e na docência em direito. Compreender o passado e a trajetória destas mulheres nos ajuda a entender como e quais mulheres foram majoritariamente incluídas nestas profissões.

Das primeiras mulheres nas profissões jurídicas até o presente, o que mudou? Na segunda parte da pesquisa, sob o título “O Processo de *feminização* das profissões jurídicas: tangenciamentos entre a docência e a magistratura”, será abordada a evolução numérica das mulheres nas duas carreiras citadas, dentro de uma perspectiva interseccionalizada entre gênero e raça/etnia.

Em “Dinâmicas de exclusão das mulheres nas profissões jurídicas”, última parte do ensaio, vamos abordar quais fatores constituem barreiras para que as mulheres ingressem ou ascendam na magistratura e na docência. Apesar da semelhança em alguns fatores de exclusão, as barreiras são múltiplas, complexas, profundas e muitas vezes invisíveis. Estas atravessam, entre outros fatores, desde a construção histórica do conhecimento científico dominante até a ideologia profissional da neutralidade e a ideologia meritocrática. É sobre isso que os subitens, denominados “O conhecimento “normásculo” e “Andando de mãos dadas: sobre a ideologia profissional da neutralidade e o discurso meritocrático”, vão abordar.

AS MULHERES E O DIREITO: HISTÓRIAS DE PIONEIRISMO

No início, a participação das mulheres na magistratura, na advocacia, na docência dos cursos de direito e em outras profissões jurídicas, deu-se de maneira muito tímida. A título de exemplo, na advocacia, a pioneira, Myrthes Gomes de Campos (1875-1965), ingressou na profissão em 1906. Ela cursou direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, vindo a se graduar em 1898. Entretanto, só ingressou na advocacia oito anos após se formar, devido a grande discriminação de gênero que sofreu. Antes dela, outras mulheres já haviam cursado direito na Faculdade do Recife. Entre estas estão Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva e Maria Fragozo. Porém, nenhuma das três chegou a atuar (TJRJ, 2020).

Pouco se sabe a respeito da história de vida de Myrthes Gomes de Campos. Recuperá-la simboliza montar um complexo mosaico, cujos fragmentos estão ocultados por entre reportagens de jornais, crônicas de costumes, documentos do governo e atas das sessões do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros – IOAB (GUIMARÃES, CRUZ FERREIRA, 2009). Entretanto, sabe-se que no final do século XIX, eram extremamente elevados os encargos, nos casos em que o estudante se deslocava até a cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de cursar o ensino superior. Portanto, acredita-se que a jovem nascida em Macaé-RJ, procedia de uma família com posses (MACHADO NETO, 1973).

Ainda sobre a história das mulheres na advocacia, em 1770, Esperança Garcia, mulher negra

e escravizada, escreveu ao governador do Estado do Piauí, denunciando os maus-tratos sofridos por ela, seu filho e suas companheiras. Entre os seus protestos também constavam o fato de ter sido separada do seu marido e ter sido impedida de batizar uma de suas filhas. Devido a essa carta, encontrada nove anos mais tarde pelo historiador Luiz Mott, Esperança recebeu o título simbólico de primeira advogada do Estado do Piauí. Concedido em 2017, pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Piauí (OAB-PI), após sua carta ser reconhecida como sendo uma petição, que pleiteava a aplicação das precárias leis concedidas aos escravos e reivindicava o direito à própria vida (GALF, 2020; PAIVA, 2020).

Não existem muitos registros históricos sobre Esperança Garcia. Consta que, ela nasceu em Fazenda Algodões, onde hoje fica o município de Nazaré do Piauí, teve seu primeiro filho com 16 anos e, após este, foi mãe de outras seis crianças. Escreveu a carta em 6 setembro de 1770, quando tinha 19 anos. Não se sabe como foi alfabetizada, algo raro à uma mulher, ainda mais na condição de escravizada. Entretanto, o que se sabe é que essa mulher corajosa, capaz de desafiar os seus algozes, simboliza a luta contra o racismo através da sua trajetória (GALF, 2020; PAIVA, 2020).

Cronologicamente, levando em consideração que Esperança Garcia foi reconhecida por uma petição datada de 1770, isso a tornaria a primeira advogada do Brasil. Todavia, o seu título não foi reconhecido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Por este motivo, quem fica com o posto oficial de primeira advogada do Brasil é Myrthes Gomes de Campos (GALF, 2020).

Na magistratura, Auri Moura Costa (1910 - 1991) foi a primeira juíza e desembargadora do Brasil. Durante a graduação em Ciências Jurídicas, casou-se com o médico e professor de dermatologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Luís Costa. No ano de 1933, bacharelou-se pela Faculdade de direito do Recife. Ao retornar para o Ceará, seu estado de origem, ingressou nos quadros do Ministério Público Estadual. Em 1939, foi nomeada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, após prestar concurso para magistratura. Em 1968, foi nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Também foi a primeira mulher a ocupar a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Sua carreira foi marcada na seara do direito Penal e no âmbito de assistência e proteção à infância e à adolescência (COSTA, 2015).

A segunda foi Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella, em 1951, quando tomou posse na Vara de Acidente de Trabalho do Rio de Janeiro, mas somente assumiu o exercício em 5 de setembro de 1951.³ Posteriormente, em 1975, teria sido nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça do extinto Estado da Guanabara.⁴

A terceira, Thereza Grisólia Tang, tomou posse em 1954, como juíza substituta do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), lotada na 12ª circunscrição judiciária, sediada em Criciúma, manteve-se como única juíza do TJSC até 1973. Em 1975, Thereza foi designada como de-

³ De acordo com o site do TJRJ, Iete Bomilcar Passarella (1914 - 1992) teria sido a primeira mulher a se tornar juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, em 1953, e também a primeira mulher desembargadora, em 1974, o que ainda lhe concederia o título de primeira juíza mulher. Contudo, a informação disponível no site do TJRJ está incorreta, pois a Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975 (TJRJ, 2018).

⁴ No dia 22 de junho de 2018 entrei em contato com a instituição Mulher 500 solicitando as fontes das informações veiculadas em seu site sobre Iete Bomilcar Robeiro de Souza Passarella, através da aba contato (<http://www.mulher500.org.br/contato/>), porém, até o presente momento não obtive retorno do e-mail enviado. Como Iete Bomilcar foi preocupada com as causas sociais e, talvez por isto, cassada pelo Ato Institucional, de acordo com Ada Caperuto, a hipótese que paira é a de que alguns dados sobre ela são controversos, pois a sua história e os seus documentos foram apagados no período da ditadura (CAPERUTO, 2012).

sembargadora, chegando até a presidência do TJSC, por pouco menos de três meses, entre dezembro de 1989 e março de 1990 (DONNA, 2018; UFRGS, 2018).

A primeira juíza negra foi Mary de Aguiar Silva. Nascida em Salvador, em 21 de novembro de 1925, filha do taxista José Catarino de Aguiar Silva e da dona de casa Guiomar Brito de Aguiar Silva, apesar de enfrentar dificuldades financeiras, sua família sempre valorizou os estudos. Em 1952, formou-se em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dois anos após, começou a atuar como promotora, e, em 1962 iniciou a carreira de magistrada, na Comarca de Remanso. Em 1978, se mudou para Salvador, local em que atuou até se aposentar no ano de 1995, quando completou 70 anos. Após o falecimento da sua mãe e da sua irmã, passou a morar com a sua sobrinha Sheila Aguiar. Em entrevista, Sheila aduz que sua tia encontrou dificuldades para exercer seu trabalho, nem tanto por ser negra – uma vez que a Bahia possui um dos maiores contingentes populacionais de negros e negras do país –, mas principalmente por ser mulher, em um espaço preponderantemente masculino (MARQUES, 2019; TJBA, 2020).

Na docência em direito, Ester Figueiredo Ferraz foi a pioneira em nosso país, em 1961, na Universidade Mackenzie da capital paulista, instituição na qual chegou até a reitoria entre os anos de 1965 e 1969. Professora primária, de 1939 a 1943, lecionou na Escola Normal Caetano de Campos. Formou-se em filosofia, pela Faculdade de Filosofia de São Bento, bem como em direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1944. Na segunda graduação, ela recebeu os prêmios Rodrigues Alves e Livreiro Saraiva por ter obtido grau dez em todas as matérias do curso. A partir de 1944, iniciou sua trajetória na advocacia, na seara criminal e de família. Até tornar-se professora universitária, realizou uma incursão política enquanto jurista, sendo convidada para mesas e comissões vinculadas às políticas públicas, na esfera da segurança pública, no governo de Estadual de São Paulo e a nível nacional. Em 1970, passou a fazer parte do Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1971, foi nomeada secretária de Educação de São Paulo, cargo que permaneceu até 1973. Em 1982, recebeu convite para assumir o Ministério da Educação e Cultura (MEC), deixou a pasta da Educação em 15 de março de 1985, quando voltou ao magistério na Faculdade de Direito da USP e à advocacia. Faleceu em São Paulo no dia 23 de setembro de 2008 (JUNQUEIRA, CARDOSO, 2020).

Maria Bernadete Neves Pedrosa, a segunda mulher a ser admitida como professora do curso de direito, possui uma história parecida com a de Ester Figueiredo Ferraz. Uma vez que também se formou em Filosofia e, como segunda graduação, optou por direito. Nascida na Paraíba, em 1931, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Recife aos 24 anos, em 1955, vindo a bacharelar-se em 1959. Durante o biênio 1963-1964, exerceu voluntariamente a função de Docente na Faculdade de Direito do Recife, sendo efetivada na Universidade Federal de Pernambuco, em 1965, atuando no Departamento de Direito Público e Processual. Além de professora, foi Defensora Pública e fez parte da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, onde foi Diretora Cultural participativa e atuante. Ela faleceu no dia 07 de novembro de 2013 (UFPE, 2020).

Dentre as histórias narradas, atrai a atenção o fato das pioneiras oficiais serem todas mulheres brancas, advindas de famílias da elite, com elevado capital social, político e cultural, com exceção de Mary de Aguiar Silva, que além de ser uma mulher negra, não veio de uma família com condições abastadas. Como a trajetória profissional da primeira juíza negra foi traçada em um estado com alto contingente populacional de negros (as), a sua condição de gênero e de classe preponderaram enquanto obstáculos enfrentados. Entretanto, muito provavelmente

não foi fácil para Mary de Aguiar Silva, mulher negra e pobre, galgar um espaço em uma profissão de alto prestígio social, marcadamente masculina, branca e elitizada. Uma vez que, se na década de 1960 a magistratura era um espaço adverso às mulheres brancas, às mulheres negras este espaço é adverso até os dias atuais.

Outra questão que salta aos olhos, diz respeito as primeiras mulheres graduadas em direito, antecessoras de Myrthes Gomes de Campos, que sequer conseguiram atuar em qualquer profissão jurídica. Apenas em 1906, tivemos o primeiro registro profissional outorgado a uma mulher advogada. No final da década de 1930, as mulheres foram incluídas na magistratura. Só então, após longos anos, na década de 1960, é que vieram as professoras pioneiras nos cursos de jurídicos. Esse fato fornece indícios sobre a extrema relevância, *status* e poder de voz, que simboliza ser docente no ensino superior. Uma vez que, até na atualidade, as mulheres possuem dificuldade de acessar cargos e profissões de prestígio e visibilidade. Ademais, quanto maior o número de marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014; ZAMBONI, 2014) que seus corpos carregarem, por não possuírem o padrão dominante em termos de raça/etnia, a classe social, a idade, a orientação sexual, etc., maior será a dificuldade para determinadas mulheres chegarem às profissões jurídicas de destaque.

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS: TANGENCIAMENTOS ENTRE A DOCÊNCIA E A MAGISTRATURA

Se por um lado, as pioneiras adentraram na magistratura e na docência da graduação em direito por volta da metade do século XX, por outro, o processo de *feminização* das profissões jurídicas começou a se intensificar a partir da década de 1990 (BRUSCHINI, 2007; BONELLI, 2010; SABADELL, 2008) e ganhou maior relevância na virada do século. De acordo com dados do Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014), se, em 1993, as mulheres representavam cerca 22,5% dos magistrados, e em 2004, este número saltou para 34,4% e, atualmente, expandiu cerca de 4%.

No mesmo período, também ocorreu a ampliação da participação feminina nos cursos de direito. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma isolada no Brasil, sendo observado em outros países como Canadá, Estados Unidos e França (BARALHO, 2008; MOSSOMAN, 2006).

No momento anterior à década de 1960, dentro do cenário internacional, as mulheres representavam menos de 3% das profissionais vinculadas às áreas jurídicas. Na virada do século, as mulheres representavam quase 30% das profissionais na área jurídica e metade das estudantes que se matriculavam nos cursos de direito (RHODE, 2001).

De acordo com o Censo do Ensino Superior do Inep (2018), direito é o curso de graduação com mais alunos inscritos (879.234), seguido de pedagogia (714.345) e administração (682.555). Dos alunos matriculados no curso de bacharel em direito, 55,3% são mulheres e 44,7% são homens (INEP, 2018). No que se refere aos docentes, estima-se que o número era 32.249, no ano de 2015. Destes, 60% eram homens e 40% mulheres. Dos 23.735 docentes para os quais havia informação quanto à raça/cor, 22,7% é preta, parda ou indígena (BONELLI *et al*, 2019).

De acordo com Bonelli *et al* (2019), há expressiva concentração de homens brancos na docência dos cursos de direito (34%), se comparada com a proporção deles no alunado (17%). No que tange a porcentagem de mulheres brancas, esta representa a mesma entre professoras

e alunas (23%).

O Perfil sociodemográfico dos Magistrados, traçado pelo CNJ (2018), apontou que a maioria dos juizes se declara branca (80,3%), 18,1% se declara negra (16,5% pardos e 1,6% pretos) e 1,6% é de origem asiática (amarelo), ou seja, houve um aumento de 2,5% dos juizes negros, se comparado com os dados fornecidos pelo Censo do Poder Judiciário de 2014, que naquele período somavam 15,6%. Outros dados que merecem ser apontados: a diversidade étnico-racial é um pouco maior na Justiça do Trabalho (19% das juízas são negras e 21% dos juizes são negros) em comparação às Justiças Estadual (16% de juízas negras e 19% de juizes negros) e Federal (12% de juízas negras e 18% de juizes negros). Assim, os dados apontam que há mais juizes negros do que juízas negras, logo no entrecruzamento de raça e gênero, a mulher negra é a que menos consegue adentrar na carreira da magistratura.

Ainda de acordo com último Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014), as mulheres ocupam 18,18% das vagas no Supremo Tribunal Federal; 15,54% das vagas de ministras nos Tribunais Superiores; e, 21,5% das vagas no desembargo. Sendo assim, na carreira da magistratura, quanto maior for o cargo e/ou função, menor será a quantidade de mulheres e negros.

Portanto, a feminização da magistratura pode ser comparada como uma casa piramidal: uma vez que as mulheres (geralmente brancas) conseguem adentrar nos níveis inferiores da carreira, mas no topo – ou nos maiores graus hierárquico –, a sua presença se torna mais escassa e barrada pelo *telhado de vidro*. Porém, se as mulheres brancas encontram dificuldades e acabam “batendo a cabeça no telhado”, ou seja, sendo barradas de chegar no ápice, as mulheres negras ainda enfrentam dificuldades em abrir as portas da magistratura. Esta segregação hierárquica de gênero, acrescento também a segregação étnico-racial (conforme explico no parágrafo abaixo), conhecida como *teto de vidro*, revela um comando masculino e branco, assim como a subalternidade feminina e negra.

Originalmente, o conceito de *teto ou telhado de vidro* só faz referência a segregação hierárquica de gênero (POWELL, BUTTERFILED, 1994; DURBIN, 2002; HULTIN, 2003). Entretanto, proponho que este conceito seja ampliado para abranger outros marcadores sociais da diferença, especialmente o étnico-racial, ou seja, que seja realizado o entrecruzamento entre raça e gênero para falar sobre a segregação hierárquica. Pois, nas minhas pesquisas sobre *teto de vidro* na magistratura, tenho verificado o baixo índice de mulheres negras (e homens negros, nos primeiros níveis e nos níveis mais altos) nesta profissão.

Processo semelhante ao do *teto de vidro* na magistratura ocorre com a docência no direito, se levarmos em consideração que a Pós-Graduação possui um *status* de maior visibilidade e prestígio na carreira. Em 2016, existiam 106 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil. Estes oferecem 137 cursos, sendo 34 de doutorado. De acordo com os dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 2015, dos 2.159 docentes de pós-graduação em direito, 71% eram homens. Dos alunos matriculados no mestrado em direito, 58% (8.360) eram homens e no doutorado 61% eram homens (2.933) (BONELLI *et al*, 2019).

Segundo Fabiana Severi (2016), a hegemonia masculina e branca provoca a necessidade de uma composição mais distributiva na magistratura, no que tange à questão de gênero e étnico-racial, como estratégia para o fortalecimento da legitimidade democrática do Poder Judiciário. Entretanto, também se faz necessário pensarmos em uma composição mais distributiva no que tange a docência em direito, especialmente na pós-graduação. Assim, diante das legislações e das resoluções que fomentam políticas afirmativas étnico-raciais, é certo que número de

magistrados e docentes negros irá aumentar, como vem acontecendo desde a implementação das cotas raciais nos concursos públicos. Porém, é pouco provável que haja simetria numérica nos primeiros níveis da carreira e nas promoções, como acontece na magistratura com as mulheres em relação aos homens, que enfrentam barreiras que as impedem de ascender. Portanto, o fenômeno do telhado de vidro não pode ser pensando somente através do recorte de gênero, mas também deve-se explorar o recorte racial, pois, as desproporções no recrutamento e na promoção que as mulheres enfrentam são o novo desafio para a políticas afirmativas étnico-raciais.

DINÂMICAS DE EXCLUSÃO DAS MULHERES NAS PROFISSÕES JURÍDICAS

O CONHECIMENTO “NORMÁSCULO”

Apesar da hegemonia masculina e branca ser predominante tanto na magistratura como na docência em direito, no decorrer dos anos houve uma maior participação das mulheres nessas duas profissões. O crescimento dos cargos disponíveis para as mulheres diversificou o perfil de docentes nos cursos de direito e das juízas, especialmente com o aumento da *feminização* das profissões jurídicas, nas décadas de 1900 e 2000.

A diversificação do perfil da docência demonstra uma certa conquista das mulheres na carreira, bem como manifesta o deslocamento do corpo acadêmico “normásculo”. Segundo Danielle Chabaud-Rychter (*apud* BONELLI *et al*, 2019), “normásculo” refere-se ao processo histórico do discurso científico dominante, que tonou invisível as questões de gênero na produção do conhecimento. Isso ocasionou uma impregnação do masculino em teorias e resultados considerados neutros e objetivos, mostrando indiferença às desigualdades e ao domínio dos homens sobre as mulheres.

Tanto o campo jurídico como o campo acadêmico estão impregnados pelo “normásculo”. O conceito de campo jurídico é definido como uma teia de relações objetivas entre posições. Estas posições são impostas aos participantes através da distribuição de capitais (materiais e imateriais), sendo que a posse destes concede o acesso a benefícios específicos no campo. Segundo Bourdieu (1992), esses critérios de funcionamento podem ser equivalentes a “regras do jogo”, uma vez que a participação em determinado campo depende de uma competição entre agentes a partir da crença no jogo (*doxa*).

O campo jurídico, assim como o campo acadêmico, possui seu regimento específico ou “regras do jogo”. Em outras palavras, ambos possuem os seus capitais próprios, seu *habitus*, bem como suas disputas internas. O campo jurídico é o espaço de combate ou luta pelo monopólio de dizer o direito ou determinar as leis gerais que governam (*nomos*). O empenho neste campo está voltado para dispor sobre a capacidade validada de interpretar um corpo de textos que consagram a visão do mundo social lida enquanto legítima e justa. Assim, o magistrado goza de uma posição de destaque na estrutura do capital específico da autoridade judiciária, devido a sua função oficial de interpretar (BOURDIEU, 1989).

No campo acadêmico, a disputa travada gira ao redor da legitimidade do conhecimento, àquele que será lido enquanto verdadeiro e correto em termos científicos. Aqui, o capital científico é um tipo de capital simbólico, reconhecido e atribuído pelo conjunto de pares, que também concorrem entre si, no âmago do campo acadêmico. O capital científico pode ser

classificado em duas espécies: o primeiro, capital institucional, está relacionada ao poder institucional e institucionalizado, vinculado especialmente pelo marco temporal; o segundo, capital “puro”, se baseia no reconhecimento entre os pares e na capacidade de obtenção de prestígio entre os mesmos. Ambos detêm regras de aglutinações distintas. Enquanto o capital científico institucional é obtido através de estratégias políticas próprias, que requerem tempo, o capital científico “puro” se conquista através de contribuições científicas de cunho inovador (BOURDIEU, 2004).

Conforme mencionado acima, o campo jurídico e o campo acadêmico estão embebidos pelo “normásculo”. Isso porque, no processo histórico de disputa pelo monopólio de dizer o direito e de ter a legitimidade sobre os saberes científicos e institucionais, o conhecimento mobilizado utilizou-se do discurso dominante impregnado pelo masculino, lido como neutro e objetivo, o que torna invisível as questões de gênero.

A forma como os indivíduos percebem e reagem ao mundo social, como a cultura e história moldam o corpo, a mente e as ações sociais, tanto no âmbito individual como no coletivo (em outras palavras: o *habitus*), é eivado do conhecimento “normásculo”. Neste sentido, os profissionais inseridos do campo jurídico e no campo acadêmico incorporam e reproduzem o *habitus* masculino e branco, apagando assim as questões de gênero. Quem diz o direito historicamente foram e são os homens brancos. O mesmo ocorre e ocorreu como o conhecimento científico jurídico lido como legítimo.

Um exemplo de como o campo jurídico e acadêmico estão absorvidos pelo conhecimento “normásculo” consiste na lista das 100 obras jurídicas mais vendidas em 2018. No levantamento elaborado pela consultoria Nielsen, através de dados coletados a partir do caixa das livrarias, *e-commerce* e varejistas colaboradores de todo o país, foi possível constatar que das 100 obras jurídicas mais vendidas em 2018, excluindo 43 que se tratavam de *Vade Mecums* e lei seca⁵, apenas três eram de mulheres. Sendo que, duas destas obras jurídicas se tratam dos “cadernões de resumo”, com aproximadamente 6 páginas, intitulado Resumão Jurídico - Reforma Trabalhista e Resumão - Novo Processo Do Trabalho, ambos da autora Dania Fiorin Longhi. Apenas um livro jurídico, o de Direito Administrativo, da autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, entrou no rol dos que são referenciados entre os mais vendidos. Em outras palavras, apenas 5,2% das obras jurídicas mais vendidas são escritas por mulheres e 94,8% por homens.⁶

Ademais, em uma breve pesquisa sobre as obras doutrinárias mais adquiridas, levando em consideração as áreas do direito, majoritariamente os autores são homens e advém de outras carreiras jurídicas, que não se enquadram na docência ou conciliam a docência com outra profissão jurídica. Áreas, como Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Processual Civil e Penal, são majoritariamente ocupadas por doutrinadores homens. Já algumas áreas, como Direito de Família, Direito Previdenciário e Direito do trabalho, possuem alguma abertura para doutrinadoras mulheres, embora a maioria dos autores sejam homens (BRUSCHINI, 2007).

Através do exemplo das obras dogmáticas, vislumbra-se indícios dos “guetos” que são criados para as mulheres nas profissões jurídicas. Com pouco ou nenhum espaço nas posições

⁵ Aqui caberia uma análise sobre a problemática envolvendo o alto índice de consumo de *Vade Mecums*, lei seca e resumos jurídicos, uma vez que esses dados dão indícios de como o mundo jurídico é positivista e pouco crítico. Entretanto, como este não é o objeto do artigo, esta observação breve, mas não menos importante, fica restrita.

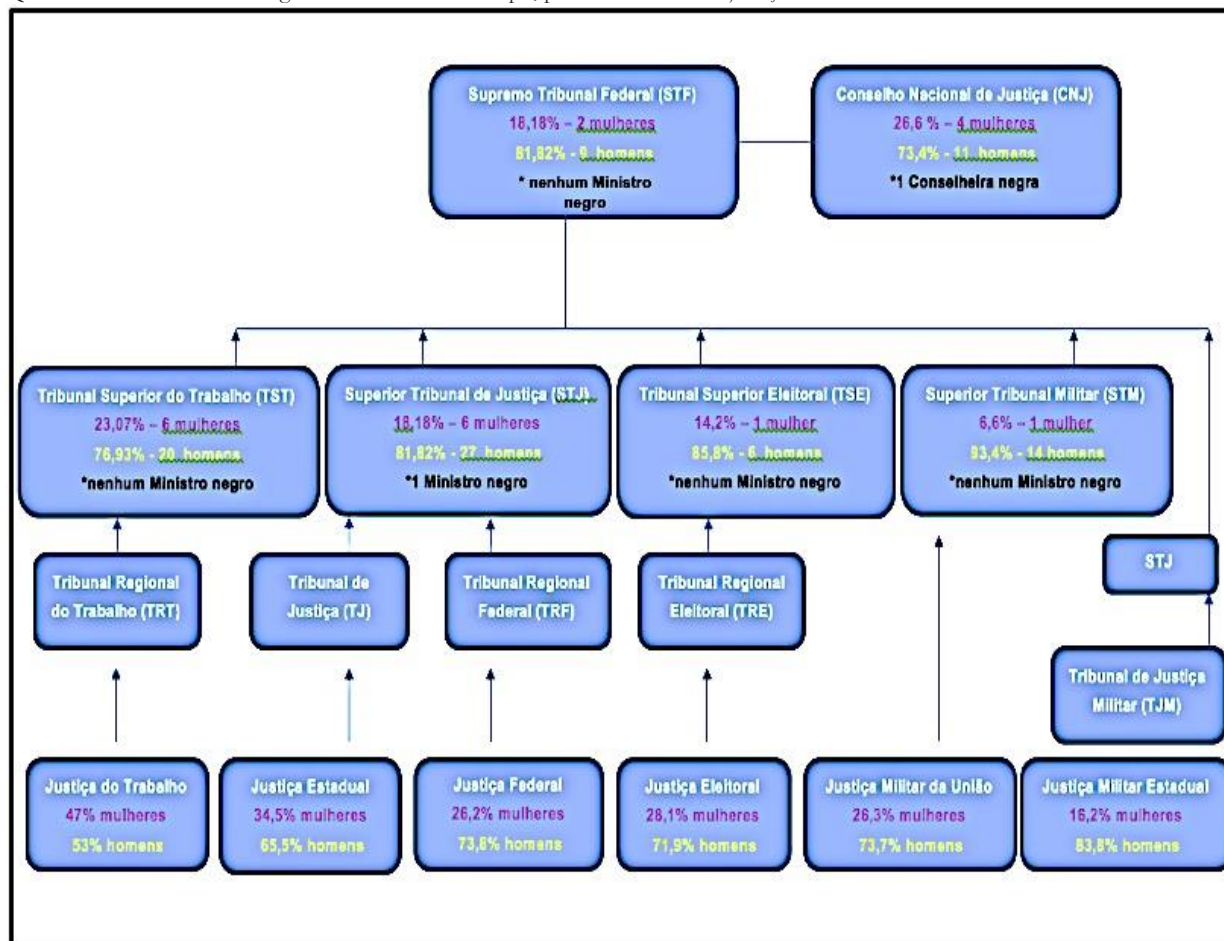
⁶ Análise feita com base nos dados coletados pela consultoria Nielsen, que estão disponíveis para download na matéria do jornal online Jota, que apresenta os 10 livros jurídicos mais vendidos há dois anos atrás. (JOTA 2018).

de maior prestígio, sendo a sua atuação verificada em maior quantidade em algumas áreas. Nos “guetos profissionais femininos” são reproduzidas habilidades lidas — pejorativamente — como inatas as mulheres, como destreza, cuidado, paciência, entre outras. Assim, Direito de Família e Direito Previdenciário são mais aceitos enquanto passíveis das mulheres atuarem, por lidarem com casos que, muitas vezes, envolvem crianças e idosos. Logo, levando em consideração a naturalização dos papéis de gênero e os atributos que, dentro da dicotomia entre o público e o privado, na qual a divisão sexual do trabalho se consubstanciou, que relega às mulheres o modelo de cuidadoras (mundo reprodutivo/ espaço privado/ não remunerado) e aos homens o sustento do lar (mundo produtivo/ espaço público/ remunerado), os “guetos” destinados às mulheres nas profissões jurídicas se vinculam as áreas que possam remeter aos papéis sociais construídos para as mulheres.

Com relação ao Direito do Trabalho ter maior propensão a ser um “gueto profissional feminino”, subsistem duas hipóteses: a primeira segue a linha da anterior, que diz respeito às áreas ligadas ao Direito de Família e ao Direito Previdenciário. Uma vez que essa área possui uma vinculação a uma população trabalhadora, que necessita de proteção contra a exploração, não possui a mesma força de imposição e negociação que os empregadores. Logo, seguiria a linha da parcela populacional que precisa de tutela e cuidado. Ademais, subsiste uma segunda hipótese que, apesar de ser mais consistente, não necessariamente exclui a primeira. Esta diz respeito ao histórico de desvalorização da seara trabalhista. Isto porque, a trajetória de sua constituição está vinculada à uma Justiça baseada na oralidade e na maior informalidade, diferente dos ritos processuais que ocorrem no Direito Civil, por exemplo. Soma-se a isso o fato de que o seu histórico é marcado por uma Justiça com natureza jurídica pouco definida, que inicialmente não estava vinculada ao Poder Judiciário, somente vindo a se desvincular do Poder Executivo a partir de 1943. De acordo com Roberto Fragale Filho (2006), dentro da constituição da Justiça do Trabalho, esta era a mais desprezada e relegada do sistema federal de justiça. Com relação aos juízes deste segmento, foi um longo processo até que estes construíssem uma identidade institucional e fossem reconhecidos enquanto integrantes do Poder Judiciário, sendo necessário que décadas se passassem até que os seus vencimentos e as suas prerrogativas fossem equiparados ao dos demais juízes, de outros segmentos.

A trajetória da constituição da Justiça do Trabalho impactou diretamente na quantidade de mulheres magistradas na base da carreira, uma vez que esta é a que elas estão em maior número, somando 47%. Entretanto, subsistem segmentos da justiça onde esse percentual está bem longe do ideal, como a Militar Estadual, a que menos possui magistradas mulheres, com 16,2%.

Quadro 1 – Percentual de magistrados na base e no topo, por sexo e ramo da justiça



Fonte: elaboração da autora

No que tange aos Tribunais Superiores, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é o que mais subsistem ministras, das 26 vagas existentes 6 são preenchidas por mulheres, o que representa o percentual de 23%. Já o Superior Tribunal Militar (STM) é o que menos apresenta ministras: das 15 vagas, apenas uma é ocupada por mulher, o que representa o percentual de 6,6%. Contudo, apesar da baixa representatividade das mulheres, outro dado resta mais alarmante: ambos tribunais não contam com a presença de ministros negros em sua composição.⁷

Conforme depreende-se dos dados apresentados no Quadro 1, que foram colhidos entre os anos de 2018 e 2019, não há uma exata correlação entre os ramos de justiça que possuem mais mulheres na sua base, necessariamente, serem aqueles onde se encontram mais mulheres no topo do seu Tribunal Superior. Contudo, coincidentemente, o Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho é o segmento no qual elas estão mais presentes, conforme já citado. Em segundo lugar está o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que dos 33 ministros, seis são mulheres e existe também um ministro negro. Como o STJ é o Tribunal Superior vinculado à Justiça Estadual (com 34,5% de magistradas) e a Justiça Federal (26,2% de magistradas), a média entre ambos daria o percentual de 30,35% de magistradas mulheres. Em terceiro lugar

⁷ Os dados sobre os Tribunais Superiores citados foram adquiridos através do acesso aos seus sites oficiais. Nos casos em que estes não possuíam as imagens dos ministros, foi possível ter acesso às fotos fazendo uma busca pelo nome completo, por meio da rede mundial de computadores, para verificar quantos eram negros e/ ou mulher.

está o Tribunal Superior Eleitoral, que dos sete ministros, apenas uma é mulher e não existe nenhum ministro negro. Na sua base está a Justiça Eleitoral⁸, com 28,1% de mulheres magistradas. Em quarto lugar está o Superior Tribunal Militar⁹, com 6,6% de ministras e a Justiça Militar da União, com 26,3% de magistradas. Em último lugar aparece a Justiça Militar Estadual, conforme já citado.

Não foram encontrados dados no Censo do Poder Judiciário (CNJ, 2014) que tratam sobre o percentual de desembargadores por sexo e ramo, em conjunto, somente a média geral, na qual as desembargadoras representam 21,5% e os desembargadores por sua vez equivalem a 78,5%. No que tange aos ministros do Supremo Tribunal Federal, das onze cadeiras, apenas duas são ocupadas por mulheres e nenhuma por negros. Assim, elas representam 18% e eles 82%.

Através dos exemplos expostos sobre a magistratura e os livros mais vendidos na área do direito, depreende-se que são os homens que dizem o direito tanto no campo jurídico, assim como são os homens que dizem o que é legítimo enquanto conhecimento científico no campo jurídico acadêmico. Essa impregnação do “norm másculo” é um dos pontos que impedem que as mulheres e os homens compreendam as diferenças de gênero no campo jurídico e acadêmico. Eles falam o que é legítimo, eles são a maioria e todos reproduzem enquanto *habitus* o “norm másculo”. Ou seja, os agentes inseridos nos campos citados percebem o mundo social organizado ao seu redor de uma forma que o “norm másculo” prevalece, o que torna mais difícil de se compreender as violências simbólicas sofridas pela dominação dos homens brancos nesses espaços.

Durante a minha experiência no mestrado, não foi incomum ver homens falando mais do que as mulheres na sala de aula, ao ponto de estas não poderem falar, já que eles monopolizavam o debate. Quando elas tinham abertura e participavam do debate, as interrupções, também conhecidas por *manterrupting* (homem que interrompe), eram habituais. O meu relato na academia também foi um incômodo sentido pela Ministra Carmen Lúcia, que no ano de 2017, quando era presidente do Supremo Tribunal Federal, apresentou, em uma sessão do STF, um estudo sobre a interrupção de mulheres integrantes das supremas cortes por seus colegas homens com o intuito de criticar o desequilíbrio nas relações de gênero no Poder Judiciário. Ao analisar 15 anos de transcrições de sustentações orais na Suprema Corte americana, a pesquisadora Tonja Jacobi e Dylan Scheweers (2017), da Escola de Direito da Northwestern University, concluíram que os ministros homens interrompem as mulheres aproximadamente três vezes mais do que interrompem os colegas do mesmo sexo.

No doutorado a experiência está sendo semelhante, com raras exceções de cursos em que as mulheres monopolizam o debate ou possuem um poder de voz semelhante ao dos alunos homens, especialmente nos casos em que a professora é mulher e possui inclinações feministas, e/ ou quando as alunas são maioria numérica, e/ ou se sentem mais confortáveis em entrar

⁸ Na Justiça Estadual não há uma magistratura própria, ou seja, organizada em carreira. Os órgãos da Justiça Federal exercem a sua atividade em uma dinâmica diferenciada, de modo a permitir, por exemplo, que, em sua esfera, atuem magistrados de outros tribunais, tais como do STF, do STJ, da Justiça Federal e da Justiça Comum Estadual.

⁹ A Justiça Militar é peculiar, pois, é um pouco diferente das demais, como a Justiça do Trabalho, por exemplo, que possui no primeiro grau o juiz do trabalho, no segundo grau os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – mais conhecidos como juízes de 2ª instância – e na 3ª instância os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Supremo Tribunal Militar (STM) é o órgão de cúpula apenas da Justiça Militar da União. Já a Justiça Militar Estadual possui a sua câmara recursal que seria o Tribunal de Justiça Militar, porém, só em três unidades da Federação: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

nos debates, principalmente quando compreendem sobre o silenciamento que ocorre com as mulheres nos espaços públicos. Por ter acesso à leitura sobre teorias feministas, devido o meu objeto de pesquisa no mestrado e no doutorado, algumas violências que antes eram difíceis de serem compreendidas, por serem extremamente sutis, se tornaram mais claras. Narro um episódio ocorrido em determinada aula do doutorado, onde em uma divergência de perspectiva política sobre um determinado texto, o colega homem sugeriu por duas vezes que eu deveria ler determinado texto para compreender que o posicionamento dele seria o mais correto. O *mansplaining*, ou "homem explica", que seria em termos simplificados quando um homem explica algo óbvio em tom paternalista, foi uma violência sutil, que um olhar menos aguçado não captaria a mensagem por de trás, que era: "você não compreende o que eu quero dizer, por não ter leitura suficiente". Entretanto, eu tinha uma perspectiva política decolonial sobre o texto e o colega tinha uma perspectiva imperialista, de defesa de um ensino jurídico nos moldes "boutique" das Universidades de Direito dos Estados Unidos. Ao deixar claro que o que o colega estava fazendo se tratava de *mansplaining*, e que era inadmissível esse tratamento, aquele colega e diversas mulheres se voltaram contra a minha postura, alegando que ele estava sendo exposto e que o "correto" seria chamar no canto e explicar a situação. Ou seja, houve uma solidarização com quem deferiu a violência entre as próprias mulheres.

Através deste relato, que apesar de representar uma experiência, muito provavelmente poderia somar-se a histórias semelhantes vivenciadas por outras mulheres, seja nos espaços acadêmicos ou nos demais espaços públicos, fica a reflexão do que significa a inclusão de grupos com marcas da diferença e da reprodução da dominação até mesmo por quem é oprimido, ou seja, por quem não faz parte do grupo hegemônico. E essa lógica pode ser aplicada a diversas intersecções, como a questão racial, de classe, de idade, de sexualidade, entre outros. Ainda quando existe um equilíbrio, como por exemplo entre alunos homens e mulheres em uma sala de aula, existe a reprodução da visão hegemônica do mundo, que é dominada pelo masculino, pelo branco, pelo heterossexual, pelo elitista, entre outros. Portanto, ler e compreender determinadas opressões ou violências, especialmente as simbólicas e sutis, é uma tarefa árdua, já que subsiste um sistema de disposições incorporadas de como os indivíduos organizam e percebem o mundo social ao seu redor, mas este é o primeiro passo para que seja possível romper com as dinâmicas de exclusão dos grupos não hegemônicos.

ANDANDO DE MÃOS DADAS: SOBRE A IDEOLOGIA PROFISSIONAL DA NEUTRALIDADE E O DISCURSO MERITOCRÁTICO

Em pesquisa sobre a presença das mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro, realizada por Ana Paula Sciammarella, Rafaela Selem Moreira e Roberto Fragale Filho (2015), concluiu-se que o maior desafio não consiste na expansão do número de mulheres, mas sim na construção de uma alteridade de gênero que propicie diversidade e heterogeneidade nas cúpulas. O discurso de "igualdade" diretamente relacionado ao ideal de "neutralidade" do profissionalismo – que ressalta a competência e a *expertise* – defronta com evidências de possíveis barreiras de gênero no âmago das instituições. As experiências no cotidiano do trabalho e/ou as dificuldades para o acesso aos cargos de poder expõem o paradoxo entre o discurso e a prática.

Ainda de acordo com os autores, os empecilhos no que tange o aspecto da hierarquia denotam que, apesar do processo de *feminização*, a magistratura está inserida em um "sistema de gênero", em outras palavras, um sistema socialmente construído que coloca mulheres e ho-

mens em lugares bem determinados nas instituições e na sociedade. Como subsiste a predominância masculina no exercício profissional, elas acabam adotando posturas mais rígidas e necessidades constantes de afirmação de sua competência para ocupação do cargo. Portanto, a ocupação dos cargos de direção pelas mulheres não aponta para a feminização destes espaços – sob a ótica da subjetividade – ou mesmo que as pautas das mulheres estão sendo apresentadas.

Em entrevista realizada com Andréa Pachá – mãe, escritora, primeira mulher a ocupar a vaga de conselheira destinada a magistrados estaduais no Conselho Nacional de Justiça (2007-2009), e, atualmente, juíza da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões e Ouvidora Geral do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro –, é narrado que existe uma percepção equivocada por parte de um grupo considerável de magistrados(as) que acreditam que os homens e as mulheres possuem as mesmas oportunidades na carreira, tanto com relação à promoção como o acesso aos cargos políticos do Judiciário. Também subsiste o apagamento da identidade feminina nestes espaços, em outras palavras, as mulheres não evidenciam o óbvio: serem mulheres. A ideologia profissional da neutralidade, que assegura o discurso baseado na competência e na qualificação, corrobora para não ser tão evidente as desigualdades interseccionais e gênero dentro do Poder Judiciário.

[Uma das coisas que a gente ouve muito, que a gente lê muito, é que na magistratura acaba se criando uma segmentação de gênero que diz que as mulheres são mais adequadas para esse tipo de litígio]. Eu acho que isso é muito mais um mito que se força a barra, é como se fosse um lugar menos importante de espaço político e aí você concede para que seja ocupado pelas mulheres, como assim - nesse espaço as mulheres estão autorizadas a trabalhar sem nenhum problema. O que eu percebo e aí eu posso falar pela minha experiência no Conselho, é que eu consegui ocupar esses espaços com pautas que eram de interesse desse espaço reservado para as mulheres, e talvez por isso que eu tenha conseguido avançar. Eu não sei se a minha busca de espaço fosse uma busca de afirmação política ou de poder mesmo, se eu teria a facilidade de trabalhar em todas essas frentes.

Agora eu não sei também, isso é uma coisa que penso o tempo todo. Eu acho que tem vários espaços onde você pode se afirmar politicamente e várias escolhas. Então pode ser que isso seja uma questão de gênero, pode ser que esse espaço do poder pelo poder seja um espaço que interesse menos para as mulheres do que para os homens. Então eu tento buscar a compreensão por aí, porque a tendência que tem, quando você entende que existe esse espaço onde é concedido a você fazer o que você quer, mas você enxerga muito criticamente também esse outro espaço onde você não quer ocupar um espaço de alguma coisa que eu acho que não é importante, que eu não tenho vontade ou que eu não quero. Então é difícil, e há isso também, talvez seja coisa legal para a gente pensar – há alguns espaços, que não é o fato da pessoa ser mulher e estar ocupando aquele espaço que torna aquele espaço um espaço feminino, pelo contrário, a gente tem uma tendência especialmente na magistratura de repetir modelo que é absolutamente machista. Então esse discurso de afirmação de que nós somos todos iguais, que ninguém aqui é diferente, que eu mando que nem você manda, porque a minha sentença vale tanto quanto a sua, a minha decisão vale tanto quanto a sua, é uma forma de afirmar um espaço de poder que não é exatamente um espaço onde o poder se legitima, onde o poder se impõe. Então talvez as mulheres pudessem ocupando esses espaços que são permitidos e aceitos, transformar a leitura que se tem do Judiciário autoritário para o Judiciário que seja mais legítimo, mais fraterno. Eu olho esse fenômeno com um interesse grande, eu gosto de ocupar esse espaço de poder, eu acho que é um espaço que me interessa.

[Trazendo um pouco para a presidência da Leila, pegando esse cenário que você descreveu e trazendo para o Rio de Janeiro, a presidência da Leila é uma exceção ou é um processo natural que você acha de ocupação de espaço feminino?] Eu acho que hoje é assim, na sucessão dos tribunais você tem alguns critérios que são objetivos e que as mulheres chegaram as presidências, mas isso não vai depender de assentimento, de concordância nem de eleição, porque se fosse depender só disso, claro que não seria tão simples assim. Mas o importante é ocupar esses espaços. Agora eu repito – não é o fato de uma mulher ocupa os lugares que transforma esse espaço num espaço de afirmação feminina, porque o modelo e a repetição é muito forte.

[E numa perspectiva, particularizando, numa perspectiva de gênero você acha que a ocupação da Leila reproduziu a lógica machista ou ela transformou alguma coisa?] Eu acho com relação ao exercício e a administração não foi perceptível a presença feminina. Você pode perceber uma mudança da presença de uma mulher, na forma de se relacionar com as pessoas, com os servidores, sabe, de uma maneira, mas não como pauta política, como agenda, o que você tem de agenda que diga respeito à afirmação da igualdade, respeito mesmo, pelo acesso igual de todo mundo, pela servidora, pelo servidor, pelas promoções, pelas remoções, isso eu não percebi mudança nem no Supremo, nem aqui, eu acho que isso pode ser que venha mas a longuíssimo prazo, mas eu acho que a gente ainda está engatinhando neste processo (grifo da autora).¹⁰

Quando as mulheres e as diferenças ultrapassam barreiras pessoais, como o *teto de vidro*, as limitações políticas, entre outras, e conseguem adentrar nos altos cargos do Poder Judiciário ou mesmo dos espaços com maior prestígio da docência, pode não haver necessariamente uma transformação destes espaços, especialmente quando a ideologia profissional da neutralidade é reproduzida e não exista uma preocupação em questionar o modelo de dominação masculina, branca, heterossexual e elitista. Como exemplo, cito o caso da primeira desembargadora mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Leila Mariano (2013-2014), mulher branca, de 72 anos, que em 2015 se aposentou e também é mencionada na entrevista realizada por Andréa Pachá.

Em entrevista concedida para o Instituto Millenium (2013), Leila Mariano trata sobre: 1– a sua trajetória pessoal e profissional; 2– conquista e participação feminina na Justiça brasileira; 3 – importância da mulher nos altos cargos do judiciário; 4 – frentes mais importantes de atuação no direito e em sua gestão; entre outros temas. Na primeira parte, narra sua trajetória humilde, advinda do subúrbio do Rio de Janeiro, na qual sua mãe era costureira e seu pai soldado. Em um discurso meritocrático, menciona que só chegou aonde chegou através de muito estudo e trabalho.¹¹ Na segunda parte, declara que as mulheres só chegaram efetiva-

¹⁰ A entrevista semiestruturada e presencial, realizada com Andréa Pachá, no dia 23 de fevereiro de 2015, foi retirada da dissertação da autora. Ver: ROYER, Nathalya. **A vida é justa? A trajetória de Andréa Pachá, uma juíza que esteve no Conselho Nacional de Justiça.** Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 102-104, 2019.

¹¹ Leila Mariano “nasceu em 1 de novembro de 1945, no bairro de Olaria, no Rio de Janeiro, filha mais velha de mãe costureira e pai policial militar. A família mudou-se depois para o bairro de Bonsucesso, também subúrbio do Rio de Janeiro. Ali, Leila passa a frequentar a escola Instituto Rui Barbosa, onde se destacava como uma aluna dedicada e interessada. Aos onze anos de idade ela ingressa no Instituto de Educação, onde se forma professora, que era, segundo ela, em termos profissionais, “o ideal e o permitido para todas as mulheres naquela época”. Depois de formada como professora, embora tivesse tido convites para estudar em cursos pré-vestibulares foi impedida pelo pai de estudar em colégios mistos (onde houvessem homens estudando) e fazer faculdade. Casou-se aos vinte anos e foi depois do casamento que conseguiu convencer o marido, na época, a deixá-la fazer faculdade, como ela mesma disse: E aí, sim, meu marido foi quem me deixou fazer a faculdade; você tinha que pedir, o marido tinha que dar autorização. Só que era a faculdade que ele queria ter feito e os pais dele não permitiram. Ele queria ter feito direito e os pais o obrigaram a fazer

mente na faculdade a partir da década de 1960 e que desde então foi um processo natural adentrarem no ápice das carreiras jurídicas. Sem citar as fontes dos seus dados, Leila expõe que, no primeiro grau, as juízas já são a maioria, somando 53%. No segundo grau esse número é menor: cerca de 30%, sendo que, de todos os estados da federação, o Rio de Janeiro é o que conta com maior número de mulheres no segundo grau de jurisdição.

No que tange à terceira parte da entrevista, declara que a importância de mulheres exercerem altos cargos no judiciário consiste no fato de possuímos outro olhar, não apenas sobre a gestão, mas principalmente no que tange às relações humanas e que historicamente as mulheres cumprem esse papel, relacionado ao cuidado, por sermos agregadoras. Por fim, na quarta parte, Leila defende que, através do direito, é possível ajudar pessoas, transformar suas vidas, ou seja, buscar concretizar os ideais de igualdade. Segundo ela, a liberdade feminina já teria sido alcançada ao longo da história, mas agora teríamos que lutar por igualdade e, principalmente, pelo respeito à diversidade. Que os grandes conflitos da atualidade, como o *bullying* e a violência, ocorrem devido às pessoas não respeitarem quem é diferente. Em sua atuação na presidência, o foco consistiria em manter o diálogo e a conversa aberta, interna e externamente, com o próprio sistema de justiça. Para isso, fóruns de debate, espaços onde temas possam ser abordados de forma ampla e libertária seriam fundamentados. Para que assim fosse cumprido o papel do direito: efetivar a paz social.

Além do discurso que caminha pela meritocracia, dando a impressão de que toda mulher estaria apta a ascender profissionalmente dependendo unicamente do seu próprio esforço, também é interessante observar a naturalização dos papéis de gênero já que, para a ex-presidenta do TJRJ, ser mulher representa possuir as características associadas ao “papel de ser cuidadora” e “agregadora”. Tais atributos que, dentro da dicotomia entre o público e o privado, na qual a divisão sexual do trabalho se consubstanciou, relegaram às mulheres o modelo de cuidadoras (mundo reprodutivo/ espaço privado/ não remunerado) – algo que ela não se resignou, já que galgou um grande posto no espaço público – e aos homens o sustento do lar (mundo produtivo/ espaço público/ remunerado). Outros pontos da entrevista poderiam ser analisados com mais afinco, mas as exposições de alguns pontos abordados servem para corroborar com o que foi expresso por Andréa Pachá, o de que quando determinados indivíduos com marcas de diferença ocupam determinados espaços, não necessariamente será um indicativo de que aquele espaço se tornará receptível ao diferente.

Com relação à presidência da Leila Mariano, Andréa Pachá afirma que não foi perceptível a presença feminina no que tange à administração, já que ela não carregava como pauta política a afirmação da mulher. Em relação à agenda, quando se tratava sobre respeito e igualdade, era uma igualdade para todos, não se levando em consideração que certas vezes é necessário “desigualar para igualar”, ou seja, verificar que não há igualdade de fato em várias camadas e realizar uma atuação partindo desse pressuposto.

No seu trabalho sobre diferença de gênero na magistratura paulista, Maria da Glória Bonelli (2010) constata, através das entrevistas realizadas com juízas e juizes, que em nome da coesão na magistratura, as desigualdades e discriminações de gênero são abafadas, em contrapartida,

medicina, porque era uma área das ciências biológicas. E eu queria fazer arquitetura, porque sempre a minha linha foi com desenho, forma.... Até hoje gosto muito desta área, mas era aquela história: já que ele [o marido] tinha deixado, eu tinha que aproveitar qualquer chance. E aí fui fazer direito. Nem sabia ao certo que universo era esse (...). Meu marido me deixava estudar porque ele gostava muito do estudo, mas não porque ele era progressista. Ele não era progressista coisa nenhuma, era muito.... Tanto que depois eu me separei. Era o contrário, era tudo muito fechado. Mas é porque ele gostava do direito e queria alguém do direito perto dele”. (SCIAMMARELLA, ROYER, 2018).

são recompensadas através do prestígio e do reconhecimento atribuídos ao cargo. Especialmente em se tratando das mulheres, a identidade profissional é organizada através da lógica de força e poder, negados ao feminino. Em outros termos, estas mulheres aprenderam a extrair das circunstâncias opressoras da profissão, algo que compense esta desumanização ou discriminação.

No que tange à ocultação dos marcadores de diferenças na docência, Neder Cerezetti *et all* (2019), realizaram uma investigação, na Faculdade de Direito da USP, sobre as interações de gênero nas salas de aula e que revelaram a existência de um currículo oculto no ambiente universitário. De acordo com Claude Zaidman (*apud* Neder Cerezetti *et all*, 2019), “currículo oculto” seriam interações marcadas por conteúdos que não são explícitos, mas são continuamente reproduzidos em um espaço educacional, ainda que não sejam classificados formalmente como saberes a serem aprendidos. Em outras palavras, estes podem ser compreendidos enquanto normas sociais, percepções do mundo social ou padrões de comportamento, que ressoam no processo de ensino e de aquisição de conhecimento. Desta perquirição sobre as interações de gênero na Faculdade de Direito da USP, verificou-se a naturalização, tanto da autoridade como da presença masculina na docência, o estranhamento com relação às docentes mulheres. Delas, esperava-se comportamentos mais lineares. Já deles não haviam as mesmas expectativas, o que lhes permitia circular com maior fluidez e facilidade em comportamentos de afeto e rigidez. Ou seja, aos docentes homens é concedido o benefício de portarem uma subjetividade complexa. E às docentes mulheres eram compreendidas ou como afetuosas ou como rígidas. Segundo as autoras, essas diferenças sutis na percepção com relação ao comportamento dos docentes homens e das docentes mulheres revelam que, além do currículo oculto reforçar estereótipos e dinâmicas de gênero socialmente estabelecidas, quando o marcador de gênero está oculto, a discriminação é mais difícil de ser detectada e confrontada.

A despeito dos marcadores sociais de diferenças entre os membros do corpo docente da faculdade de direito, a pesquisa empírica desenvolvida por Meera Deo (2019) – professora e diretora de Faculdade de Direito nos Estados Unidos –, que compara as trajetórias pessoais e profissionais entre professoras brancas e negras, bem como entre professores negros e brancos, revela que as discriminações interseccional ocorrem mais de forma implícita, na forma de silenciamento, presunção de incompetência, disparidades na contratação e promoção, entre outros. Sendo que as discriminações interseccionais se intensificam ao se entrecruzarem com outros marcadores sociais da diferença, como raça e sexualidade. Além disso, evidencia que o preconceito velado também se mostra de maneira sutil através da desvalorização do feminino, do negro, do homossexual, e da valorização do masculino, do branco e do heterossexual.

Mesmo que a inclusão das mulheres e das diferenças nas profissões jurídicas esteja em expansão, a ideologia profissional da neutralidade impera no sentido de demonstrar que o que é distinto do padrão dominante não é bem aceito, por tal motivo deve ser ocultado. De acordo com Bonelli *et all* (2019), nos espaços em que a presença de profissionais com marcas sociais distintas é reduzida, os indivíduos procuram apagar as diferenças que os subalternizam, adotando a tal ideário inclusive na corporeidade. Assim, no vestir-se são utilizadas cores neutras, no agir a discrição é o comportamento que prevalece, nos cabelos evita-se os tons ou cortes que poderiam ser destoantes, tudo o que pode descentrar do padrão dominante é apagado em nome da imagem reconhecida enquanto profissional.

Ao explorar as interações de gênero e o neoliberalismo no mundo jurídico acadêmico na Austrália, Margaret Thornton (2014) detectou que a ideologia do mérito, e sua suposta neu-

tralidade, esconde a predileção pelo masculino, através do pseudodiscurso de favoritismo dos indivíduos que são mais competentes para realizar o trabalho. Segundo a autora, com a escalada do ideário de justiça social, durante os anos de 1980 e 1990, as universidades se encontravam predispostas às políticas de inclusão, mas atualmente esta realidade entrou em declínio devido a ideologia do mérito somado aos papéis sociais desempenhados pelas mulheres na divisão sexual do trabalho. E que, portanto, fazem com que o avanço profissional fique em segundo plano já que o trabalho reprodutivo e o dever do cuidado (com a casa e com a família) ser historicamente destinado a elas. Assim, através da camuflagem contida no mito da objetividade do mérito, que reproduz a dominação masculina através da dimensão subjetiva contida nos processos seletivos, houve uma masculinização, principalmente nas funções de gestão e avaliação acadêmica (cargos prestigiados no modelo universitário neoliberal), ao serem ocupadas por docentes que tiveram sua carreira facilitada com a lógica meritocrática.

A pesquisa desenvolvida por Hilary Sommerlad (2015) vem no mesmo sentido, ao examinar como o mérito foi erigido enquanto neutro e objetivo, como uma espécie de "mágica social", impactando diretamente nas relações de poder das elites das profissões jurídicas de parte da Grã-Bretanha, fazendo com que a excelência profissional seja vinculada ao masculino e ao branco. À vista disso, a hegemonia dos homens brancos das classes mais elevadas é replicada no âmago da profissão, o que gera privilégios sistemáticos, já que o resultado do trabalho deste grupo é visto como legítimo e merecido, enquanto a diversidade subalterna é incluída.

O número pouco expressivo de mulheres e diferenças em determinados segmentos das profissões jurídicas nem sempre é compreendido com muita clareza. Especialmente nos cargos que o acesso ocorre através de concurso público, como magistratura e docência nas instituições públicas, o discurso meritocrático corrobora com a visão de que homens e mulheres possuem a mesma oportunidade de acesso e progressão na carreira. Portanto, a ideologia que envolve o conceito de meritocracia é construída enquanto neutra e objetiva, o que oculta a preferência pelo masculino.

CONCLUSÃO

Da primeira mulher que pôde atuar em uma profissão jurídica, na função de advogada (1899 - Myrthes Gomes de Campos), perpassando pela primeira magistrada (1939 - Auri Moura Costa), até a primeira docente mulher (1960 - Ester Figueiredo Ferraz), mais de meio século foi percorrido. Nos seus corpos elas traziam apenas uma marca da diferença, que não se tratava da raça/etnia, da classe social, nem da orientação sexual. A única discrepância do padrão dominante era o fato de não serem homens. Apenas em 1962, Mary de Aguiar Silva, uma mulher negra e pobre, ocupou um cargo de magistrada, um lugar não somente adverso às mulheres brancas, mas, especialmente, às mulheres negras, até os dias atuais. Os mais de três séculos de escravização obstaculizaram, mas não impediram que determinados talentos emergissem, apesar do racismo estrutural e institucional presente no país.

Das pioneiras até o processo de *feminização* das profissões jurídicas, que ocorreu entre a década de 1990 e os anos 2000, aproximadamente um século foi percorrido. Junto com o processo de expansão das mulheres nos ofícios jurídicos, também houve um aumento significativo das discentes nos cursos de direito e na pós-graduação. Mas, a maior participação feminina não significa que as diferenças intersseccionalizadas passaram a ser mais aceitas.

As dinâmicas de exclusão das mulheres nas profissões jurídicas são semelhantes, fazendo com que exista tangenciamentos entre a docência e a magistratura. Quanto maior for o cargo, em termos econômicos, de *status* e de poder, mais difícil será a inclusão das diferenças interseccionalizadas. Os mecanismos de exclusão dos grupos não hegemônicos de determinadas carreiras muitas vezes são complexos, profundos e invisíveis, perpassam desde a construção histórica do conhecimento científico dominante, até a ideologia profissional da neutralidade e a ideologia meritocrática (entre outros), apagando o gênero e impregnando teorias, resultados e ideologias, com o masculino.

Através deste trabalho é possível compreender que quando determinadas *personas* ou grupos são incluídos, ou melhor dizendo forjam um lugar no espaço público, por conseguirem adentrar em ambientes no qual ordem de hierarquia ou dominação é desafiada, subsiste a reprodução das dinâmicas de desigualdade por alguns destes membros, seja através da reprodução de discursos meritocráticos, por intermédio da naturalização das opressões, mediante falas naturalizadoras dos papéis de gênero/ sexistas, seja por meio do apagamento da identidade feminina ou das diferenças, também através da não afirmação da mulher ou das diferenças no desempenho das suas funções ou como pautas. Portanto, a ideologia do mérito ou da meritocracia anda de mãos dadas com a ideologia da neutralidade profissional, e estas também se correlacionam com o conhecimento “normásculo”, já que todos acabam sendo fatores que obscurecem a predileção pelo masculino, bem como fazem parte da dinâmica de exclusão das mulheres e das diferenças nas profissões jurídicas e dos espaços públicos. Em outras palavras, tanto o conhecimento “normásculo”, quanto a ideologia profissional da neutralidade da meritocracia, corresponde à sujeira que embaça os óculos e nos impede de enxergar com clareza.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo**. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.
- BONELLI, Maria da Gloria *et al.* **Intersecções e identidades na docência do direito no Brasil. Soc. estado**. 2019, vol.34, n.3, pp.661-688.
- _____. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. **Civitas**, v. 10, p. 270-292. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____; WACQUANT, Loïc J. **D.An invitation to Reflexive Sociology**. Polity Press: Cambridge, 1992.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Elas chegaram para ficar. **Difusão de Ideias**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2007.
- CAPERUTO, Ada. Mulheres: em busca de igualdade de direitos. **Fórum: Revista da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://amaerj.org.br/wp-content/uploads/2016/07/31.pdf>>. Acesso 22 jun. 2018.
- CNJ. **Censo do Poder Judiciário. Brasília: CNJ**, 2014.
- _____. **Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros - 2018**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/49b47a6cf9185359256c22766d5>

076eb.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.

COSTA, Gizela Nunes da. Auri Moura Costa. **THEMIS- Revista da ESMEC**, Fortaleza, v. 13, p. 17-22, 2015.

DEO, Meera E. **Unequal profession: race and gender in legal academia**. Califórnia: Stanford University Press, 2019.

DONNA, Revista. **Conheça a primeira mulher a ocupar o cargo de juíza no país**. Disponível em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/noticia/conheca-a-primeira-mulher-a-ocupar-o-cargo-de-juiza-no-pais/>>. Acesso 22 jun. 2018.

DURBIN, S. Women, power and the glass ceiling: current research perspectives. **Work, employment and society**: extended review, 2002.

FRAGALE FILHO, Roberto. **Três décadas de Anamatra: trabalho, justiça e cidadania como traços de uma identidade coletiva (ainda e sempre) em construção**. 2006. Disponível em:<http://www.amatra1.com.br/material/Anamatra_30.pdf>. Acesso em 18 set. 2020.

_____.; MOREIRA, Rafaela Salem; SCIAMMARELLA, Ana Paula de O. **Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro**. 2015. Disponível em: <<https://eces.revues.org/1968>>. Acesso 29 set. 2020

GALF, Renata. **Quem foi Esperança Garcia, negra escravizada reconhecida como 1ª advogada do Piauí**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/quem-foi-esperanca-garcia-negra-escravizada-reconhecida-como-1a-advogada-do-piaui.shtml>>. Acesso em 29 nov. 2020.

GUIMARÃES, Luci Maria Paschoal. CRUZ FERREIRA, Tânia Maria T. B. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): Pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. **Revista Gênero**, v. 9, n. 2, p. 1-17, 2009.

HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HULTIN, M. Some take the glass escalator, some hit the glass ceiling? Career consequences of occupational sex segregation. **Work and occupations**, v. 30, n. 1, pp. 30-61, 2003.

INEP. **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em 2 set. 2020.

_____. **Censo da Educação Superior 2018**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 2 set. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. **Leila Mariano, primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=410XBli6GM4>>. Acesso 10 jun. 2018.

JACOBI, Tonja; SCHWEERS, Dylan. Justice, Interrupted: The Effect of Gender, Ideology and Seniority at Supreme Court Oral Arguments. **Virginia Law Review**, p. 1379- 1485, 2017.

JOTA. **Os livros jurídicos mais vendidos em 2018**. Disponível em:<<https://www.jota.info/carreira/livros-juridicos-mais-vendidos-2018-2-15032019>>. Acesso 17 set. 2020.

JUNQUEIRA, Eduardo; CARDOSO, Elizabeth D. **Ester Figueiredo Ferraz**. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo>>. Acesso 19 ago. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Ja-

neiro: Cobogó, 2019.

MACHADO NETO, Luís Antônio. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: EDUSP, 1973.

MARQUES, José. **Magistrada aposentada reivindica título de primeira juíza negra do país**. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1857974-magistrada-aposentada-contesta-rotulo-de-primeira-juiza-negra-do-pais.shtml>>. Acesso 10 jun. 2019.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, 42, 201-248, 2014.

MOSSMAN, Mary J. **The first women lawyers. A comparative study of gender, law and the legal professions**. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2006.

MULHER 500. **Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella** – Mulher 500 Anos Atrás dos Panos. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/iete-bomilcar-ribeiro-de-souza-passarella-1992/>>. Acesso 22 jun. 2018.

NEDER CEREZETTI, Sheila Christina e outros. **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?** São Paulo: Cátedra UNESCO de Direto à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019.

PAMPLONA, R. S. As mulheres e o exercício da docência na Faculdade de Direito da UFRGS: uma análise do quinquênio 2012-2017. **Contraponto**, v. 4, p. 65-87, 2017.

PAIVA, Vitor. **A primeira advogada do Brasil foi uma mulher negra: a história de Esperança Garcia**. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/06/a-primeira-advogada-do-brasil-foi-uma-mulher-negra-a-historia-de-esperanca-garcia/>>. Acesso em 30 nov. 2020.

POWELL, G; BUTTERFIELD, A. Investigating the "Glass Ceiling" phenomenon: an empirical study of actual promotions to top management. **The Academy of Management Journal**, v. 37, n. 11, p. 68-86, 1994.

ROYER, Nathalya. **A vida é justa? A trajetória de Andréa Pachá, uma juíza que esteve no Conselho Nacional de Justiça**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

RHODE, Deborah L. **The unfinished agenda: women in the legal profession**. Chicago: American Bar Association, Committee on Women Professional, 2001.

SELIGMAN, Felipe. **Cármén Lúcia e interrupção de ministra no Supremo dos EUA**. Disponível em: <<https://www.jota.info/justica/carmen-lucia-e-interruptao-de-ministra-no-supremo-dos-eua-11052017>>. Acesso 29 set. 2020.

SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n.º 13, p. 81-115, 2016.

STF. **Composição atual do STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao>>. Acesso 29 set. 2020.

TST. **Ministros do TST**. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/ministros>>. Acesso 10 set. 2018.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SCIAMMARELLA, Ana Paula; ROYER, Nathalya. Moça jovem e talentosa também pode ser juíza: reflexões sobre gênero e magistratura no Estado do Rio de Janeiro. In: Encontro Anual

da ANPOCS, 42, 2018, Caxambu/MG. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 2018.

_____. **Magistratura das magistradas: uma análise da condição profissional feminina no Judiciário Fluminense**. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

SOMMERLAD, Hilary. The “social magic” of merit: diversity, equality, and inclusion in the English and welsh legal profession. **Fordham Law Rev**, n. 83, p. 2325-2347, 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Composição do STJ**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Composicao>. Acesso 10 set. 2018.

STM. **Composição STM**. Disponível em: <<https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/composicao-da-corte>>. Acesso 10 set. 2018.

THORNTON, Margaret. The Changing Gender Regime in the Neoliberal Legal Academy. **College of Law Research Paper**, p.14-35, 2014.

TJBA. **TJBA presta homenagem a Mary de Aguiar Silva, considerada a primeira juíza negra do estado e do país**. Disponível em:<<http://www5.tjba.jus.br/portal/tjba-presta-homenagem-a-mary-de-aguiar-silva-considerada-a-primeira-juiza-negra-do-estado-e-do-pais/>>. Acesso 20 de ago. 2020.

TJRJ. **Myrthes Gomes de Campos: primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil**. Disponível em:<<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/museu/curiosidades/nobau/myrthes-gomes-campos>>. Acesso 19 ago. 2020.

_____. Assessoria de Imprensa. **Exposição sobre a Mulher, o Direito e a Sociedade em cartaz no Museu da Justiça**. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/515786>>. Acesso 30 jun. 2018.

TSE. **Composição do TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/ministros/composicao>>. Acesso 10 set. 2018.

UFRGS, Comunicação. **Morre primeira juíza do país, antiga aluna da UFRGS**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/caar/?p=1063>>. Acesso 22 jun. 2018.

UFPE. **Bernadete Pedrosa, a primeira mulher a ser admitida como professora da Faculdade de Direito do Recife em 1965**. Disponível em:<https://www.ufpe.br/arquivo-ccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/1965-primeira-professora-de-direito-no-recife/590249#:~:text=Bernadete%20Pedrosa%2C%20a%20primeira%20mulher,%2D%20Curiosidades%20%2D%20UFPE>. Acesso 19 ago. 2020.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento**, 1, 14-18, 2014.